



TRIBUTAÇÃO E DEMOCRACIA NA ERA DA INFORMAÇÃO

Eurico Marcos Diniz de Santi
eurico.santi@fgv.br

 FUNDACÃO
GETULIO VARGAS



DIREITO GV

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

NEF

Transparência
Interesse Público
Pesquisa Empírica
Desenvolvimento
Para melhorar o Brasil

NÚCLEO DE ESTUDOS FISCAIS

nucleodeestudosfiscais.com.br

Sinais dos Tempos...

1. Brasil no 127º lugar, dentre 183 países da OCDE, com 2600 horas/ano para adequação de obrigações acessórias: estudo Doing Business do Banco Mundial e da PWC (2º lugar Bolívia com 1.080 h/a e 3º lugar para Vietnã com 941 h/a);
2. Pesquisa do CNJ; entre os 10 maiores litigantes do Brasil, 6 são entes públicos, estando a Fazenda Nacional em 3º lugar;
3. Princípio da Comodidade Fiscal: Fernando Rezende e José Roberto Afonso (Extrativismo Fiscal);
4. Distorção na implantação do SPED: mais informação para o Fisco sem simplificação para o Contribuinte
5. “De volta para o futuro” e o fim das obrigações acessórias!



Direito e Desenvolvimento

Pilares:

- Interesse público
- Pesquisa Empírica
- Transparência
- Desenvolvimento
- **para melhorar o Brasil**

Pesquisas do NEF:

- **2009 – Planejamento Tributário e Contencioso Administrativo no CARF**
- **2010 – Reforma Tributária Viável: Simplificação, Transparência e Eficiência**
- **2011 – COOPERAÇÃO E TRANSPARÊNCIA FISCAL COMO INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO: D&D**

Obrigações Acessória & SPED

1. O Problema e a RAZÃO das obrigações acessórias;
2. Novo perfil da pesquisa e da reflexão em Direito: Tributação & Desenvolvimento;
3. Desafios de uma “Nova Realidade”: a “Sociedade em Rede” e o novo paradigma Social, Econômico e Jurídico da Tecnologia e da Era da Informação;
4. Revolução dos conceitos jurídico-tributários: fato gerador, prova, decadência, contribuinte inidôneo, certidão negativa da dívida ativa etc;
5. Anacronismo da ideia de obrigações acessórias e desafios do SPED na Era da Tecnologia da Informação e do Estado em Rede: uma batalha que vale a pena!!!

Obrigações Acessórias e SPED: problemas e soluções para uma efetiva simplificação das obrigações acessórias

- O que é o SPED?



Obrigações Acessórias e SPED: problemas e soluções para uma efetiva simplificação das obrigações acessórias

- **SPED CONTÁBIL:** Substituição da escrituração em papel pela obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
- **SPED FISCAL:** Arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil
- **NFE:** Documento de existência digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes.

Obrigações Acessórias e SPED: problemas e soluções para uma efetiva simplificação das obrigações acessórias

- Problemas identificados:
 - quanto ao planejamento;
 - quanto a disputas federativas;
 - quanto à ausência de retorno para o contribuinte;

Obrigações Acessórias e SPED: problemas e soluções para uma efetiva simplificação das obrigações acessórias

- SPED como um instrumento de cooperação!





Pensar "Tributação & Desenvolvimento", linha de pesquisa que se adere ao eixo principal eleito pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – DIREITO-GV, implica colocar-se diante da seguinte pergunta: como pode o direito colaborar no desenvolvimento econômico e social do Brasil? Representa, pois, resgatar a importância do direito, dos juristas e da dogmática jurídica na autoria do design e na proposição de políticas públicas. Importa, assim, mudar de atitude em relação ao direito: não basta entender e sistematizar o direito, também é necessário pensar e propor soluções práticas que possam superar os problemas que envolvem e desgastam, invariavelmente, a relação entre fisco e contribuinte. Ora, agir na reflexão "Direito & Desenvolvimento" exige, pois, aprender a entender o passado e o presente para propor o futuro do direito. Eis, talvez, nosso principal desafio e a justa homenagem ao IGA-IDEPE e ao seu Emérito Presidente Prof. Aires Barreto.

EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI



COORDENAÇÃO:
EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI

TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
HOMENAGEM AO PROFESSOR AIRES BARRETO

R. LATIN

COLEÇÃO: TRIBUTAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

COORDENAÇÃO:
EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI

TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

HOMENAGEM AO PROFESSOR AIRES BARRETO

Angela Maria da Motta Pacheco
Anna Emilia Cordelli Alves
Betina Treiger Gruppenmacher
Carla de Lourdes Gonçalves
Clélio Chiesa
Cristiano Carvalho
Daniel Monteiro Peixoto
Eduardo Domingos Bottallo
Estevão Horvath
Fabiana Del Padre Tomé
Fábio Soares de Melo
Hugo de Brito Machado
Humberto Ávila
Isaías Coelho
Ives Gandra da Silva Martins
José Antônio Lima
José Artur Lima Gonçalves
Márcio Severo Marques
José Eduardo Soares de Melo
José Henrique Longo
José Souto Maior Borges
José Roberto Vieira
Júlio M. de Oliveira
Karem Jureidini Dias
Luis Fernando de Souza Neves

Luis Cesar Souza de Queiroz
Luís Eduardo Schoueri
Marcelo Viana Salomão
Marcos Vinicius Neder
Luciane Pimentel
Maria Rita Ferragut
Octavio Bulcao
Paulo Ayres Barreto
Paulo Campilongo
Paulo de Barros Carvalho
Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli
Renato Lopes Becho
Ricardo Mariz de Oliveira
Robson Maia Lins
Roque Antonio Carrazza
Sacha Calmon
Sidney Apocalypse
Simone Dias Musa
Simone Rodrigues Costa Barreto
Susy Hoffmann
Tácio Lacerda Gama
Tárek Moysés Moussallem
Valter Pedrosa
Vanessa Rahal Canado

Direito & Desenvolvimento

Pensar “Direito & Desenvolvimento” implica colocar-se diante da seguinte pergunta: como pode o direito colaborar no desenvolvimento econômico e social do Brasil? Representa, pois, resgatar a importância do direito, dos juristas e da dogmática jurídica na autoria do design e na proposição de políticas públicas. Importa, assim, mudar de atitude em relação ao direito: não basta entender e sistematizar o direito, também é necessário pensar e propor soluções práticas que possam superar os problemas que envolvem e desgastam, invariavelmente, a relação entre fisco e contribuinte. O que se pretende é sistematizar problemas concretos, identificar gargalos institucionais e propor soluções viáveis para os problemas fiscais que inibem o desenvolvimento nacional, mediante pesquisa empírica aplicada à prática do dia a dia.

Direito & Desenvolvimento

O direito incide sobre os fatos sociais. Mas se os fatos sociais mudam o direito também precisa adequar-se para manter sua relação de eficácia sobre os novos horizontes da realidade. É dessa ideia que pretendemos tratar aqui: das possíveis mudanças que vêm sendo operadas no direito, especialmente na dogmática do direito tributário, pela feliz combinação do novo paradigma tecnológico da informação (sociedade em rede) e o conhecimento teórico e prático produzido e acumulado no decorrer desses 25 Congressos da vida do IGA-IDEPE e nessa homenagem ao Prof. Aires Barreto: é o direito tributário em rede, que já vem acontecendo, na profecia de M. Castells.

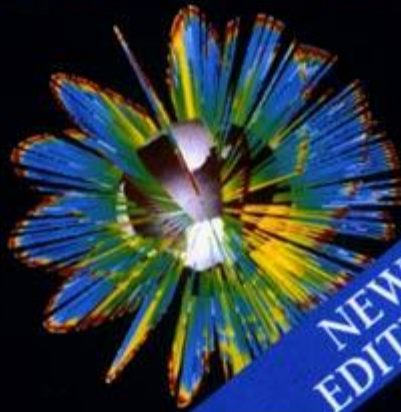
Frustação da Legalidade

- Enfrentar a frustração da legalidade e da democracia e perguntar-se: como pode o direito colaborar no desenvolvimento econômico e social do Brasil?
- Como resgatar a importância do Direito e dos juristas na autoria do design, arquitetura e proposição de políticas públicas?
- Agir na reflexão “Direito & Desenvolvimento” exige-se, pois, aprender a entender o passado e o presente para pensar e propor o futuro do direito...
- Significa sairmos da confortável postura de intérpretes dos caprichos do passado para nos tornarmos protagonistas das demandas da sociedade brasileira do futuro!

THE INFORMATION AGE:
ECONOMY, SOCIETY AND CULTURE
Volume I

THE RISE OF THE NETWORK SOCIETY

Second Edition



NEW
EDITION

Manuel Castells



Sociedade em Rede: Direito em Rede

- Sociedade em rede?
- “A sociedade em rede, baseada no paradigma econômico-tecnológico da informação, se traduz não apenas em novas práticas sociais, mas em alterações da própria vivência do espaço e do tempo como parâmetros da experiência social.”
- “Trata-se de sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação mediante complexo padrão de redes interligadas: é nessa sociedade que vivemos e devemos conhecer se quisermos que nossa ação seja ao mesmo tempo relevante e responsável...”
- (Prefácio de Fernando Henrique Cardoso ao livro “Sociedade em Rede”, de Manuel Castells)

Sociedade em Rede: Direito em Rede

- A passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais para um sistema de redes horizontais organizadas em torno da internet e da comunicação sem fio introduziu uma transformação cultural fundamental à medida que a virtualidade se torna uma dimensão essencial da nossa realidade: a realidade virtual.
- Nessa nova sociedade informacional (1969) passamos a lidar de forma diferente com o tempo e o espaço: o tempo é cada vez mais efêmero e imediato (tempo atemporal) e temos uma percepção de espaço cada vez menos físico, mais virtual e comprimido (espaço de fluxos).
- O direito incide sobre fatos sociais, mas se tempo, espaço e os fatos sociais mudam, o direito precisa adequar-se para manter sua relação de eficácia sobre essa nova realidade.

Desilusão da moldura da legalidade



Desilusão da moldura da legalidade

- O descompasso entre o direito e a sociedade informacional decorrente dessa mudança estrutural que gera um descompasso categorial em que o direito é inundado de informações de fato, normas, jurisprudência, argumentos, que tornam o direito hipercomplexo e inoperante...
- O Poder Legislativo não consegue mais legislar, o Poder Executivo perde-se na velocidade e na complexidade desse novo mundo globalizado e assistimos o deslocamento ingênuo de todos os conflitos para o Poder Judiciário, situação que aumenta exponencialmente o contencioso ao mesmo tempo que revela a limitação dos atuais paradigmas da legalidade, induzindo a politização do direito e a Supremocracia: é o anúncio do esgotamento da era do direito do Estado e do paradigma dos 3 Poderes...

**Maldição do lançamento por Homologação:
mais complexidade e mais contencioso!!!**



Lei complexa



Insegurança
jurídica

Complexidade



Lançamento por homologação

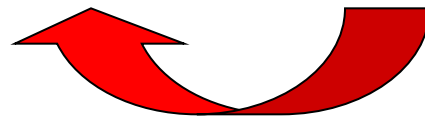
- + interpretações
- + insegurança
- + desigualdade
- + fiscalização
- + contencioso
- + “obrigações acessórias”...

ESTADO



É Obrigado a:

- Informar FG
- Pagar tributo
- Interpretar e aplicar a lei!!!



**Depois Fiscaliza e pune o
contribuinte por aplicar a lei
ERRADAMENTE
(FRAUDE!!! = 150%)**

- **Problemas no Sistema Tributário Brasileiro: ausência de um “Fisco Nacional” e a presença dos três leões federados**

Para que serve um Leão de 3 cabeças!?



Falta de um Fisco Nacional: Experiência do Simples

Municipal



Federal



Estadual

**Cobrança
harmonizada e
unificada:
simplicidade
para o
contribuinte**

Plano da criação da lei tributária

Plano da aplicação da tributária

União



27 Estados



5760 Municípios



IPI

II

PIS

COFINS

ICMS

ISS

Complexidade

Insegurança jurídica

Guerra fiscal
contra o
contribuinte



Informa o
fato gerador

Interpreta e
aplica a lei

Paga o
Tributo \$\$\$

Plano da criação da lei tributária

Plano da aplicação da tributária

União



IPI
II
PIS
COFINS

27 Estados



ICMS

5760 Municípios



ISS

Complexidade

Insegurança jurídica

Guerra fiscal
contra o
contribuinte



Informa o fato gerador

Interpreta e aplica a lei

Paga o Tributo \$\$\$

Uma solução viabilizada pelo SPED e pela tecnologia de informação: simplicidade!!!

Apostas para o Futuro do Direito

- Reorganização política e jurídica do Estado, em que descentralização, policentria, horizontalidade: não apenas os três poderes formais importarão (Legislativo, Executivo e Judiciário), mas também os múltiplos centros titulares de controle (“accountability”), desmistificação da ideia de que a defesa do interesse público é tarefa exclusiva do Estado;
- Alteração radical do conceito de verdade física – do espaço tempo social convencional – para a “verdade virtual” em que a informação ganha força e irrefutabilidade através da WEB;
- Mudança do paradigma legal voltado para a busca arqueológica e psicográfica (ao estilo Chico Xavier) da vontade do legislador, da intenção do produtor da regra e na interpretação dos princípios do direito (privacidade?!), para novos paradigmas legais que se voltam para o futuro (Facebook, Islândia; Twiter, Alagoas);

A large circle of 3D stick figures holding hands, symbolizing unity and transparency. The figures are arranged in a circular pattern, with some standing and some kneeling, all holding hands. The word "TRANSPARÊNCIA" is written in red capital letters in the center of the circle.

TRANSPARÊNCIA

PROJETO DE PESQUISA IV

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA FISCAL (ITCF) FGV

- Como utilizar a transparência como novo referencial para a educação fiscal, promoção de cidadania e indução de práticas cooperativas entre fiscos e fisco/contribuinte?
- Ou seja, ao invés de “ensinar que é importante pagar tributos” cativar e capturar a atenção do contribuinte para o exercício prático da educação fiscal, i.é, demonstrando como é “fácil” pagar tributos e o que é feito com o dinheiro público;
- A ideia central é identificar critérios para edificar e construir um ITCF (Índice de Transparência e Cidadania Fiscal) que possa mensurar e difundir boas práticas entre as Administrações tributárias, em 4 perspectivas: Legislação, Administração, Contencioso e Gasto Público...
- Divulgação das boas práticas do Fisco de modo sistemático!!!

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA FISCAL (ITCF) FGV: 4 perspectivas:

1. Qualidade e simplicidade da **Legislação Tributária**: reprimir o exponencial número de benefícios fiscais, inibir reiterada prática da anistia; monitorar o cumprimento do CTN que determina a consolidação periódica da legislação tributária e motivar a participação cooperativa na atualização e produção legislativa;
2. Transparência e inteligibilidade dos critérios de aplicação/interpretação da **Administração Tributária** na orientação preventiva do contribuinte;
3. Transparência e clareza no **Contencioso Tributário**: informações plenas e públicas sobre as decisões e a celeridade dos processos;
4. Transparência e exposição didática sobre **Gasto Público**: informações nos sites que relacionam arrecadação e despesa pública de modo a promover o interesse no exercício da cidadania fiscal.

- BRICs – Globalização – TI
LC105, Simples Nacional,
Declaração de IR/Internet,
SPED e expertise nacional
- LRD/Lei de Transparência
- Copa 2014
- Olimpíadas 2016

